

LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1432 - 29 DE NOVEMBRO DE 2018

ESTAGNADO

Relatório da Oxfam faz retrato das desigualdades Brasileiras



RELATÓRIO APONTA AUMENTO EM DESIGUALDADE

Relatório da OXFAM aponta que redução de desigualdade estagnou no Brasil desde 2016



O novo relatório da Oxfam Brasil, intitulado "País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras", demonstra que a redução da desigualdade de renda estagnou no país entre 2016 e 2017. De acordo com Rafael Georges, um dos responsáveis pelo relatório, entre a população mais pobre "percebemos, entre 2016 e 2017, uma variação de decrescimento, ou seja, uma redução geral da renda, sendo que negros e mulheres perderam mais, enquanto no topo houve uma retomada que foi melhor para os homens e a população branca".

Entre os mais pobres, exemplifica, os negros "ganhavam 675 reais em média e passaram a ganhar 658 reais, ou seja, tiveram um decrescimento da renda", enquanto a população branca "teve um pequeno crescimento da renda, passando de 902 para 975 reais. Isso mostra que os negros, mesmo num momento de retomada muito lenta da economia, são sempre os últimos a ser incluídos. A relação entre brancos pobres e negros pobres, que era de 72%, ou seja, um negro pobre ganhava 72% do que ganhava um branco pobre, caiu para 68%. Quando se olha o topo da distribuição, houve um incremento geral, mas os brancos incrementaram suas rendas muito mais do que os negros. Houve um incremento para os brancos de cerca de 17% da renda, enquanto os negros mais ricos do topo tiveram um incremento de me-

nos da metade disso, de 8%. Então, os negros são sempre deixados para trás", informa.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por telefone, George menciona também que a renda média da metade mais pobre da população

"Percebemos, entre 2016 e 2017, uma variação de decrescimento, ou seja, uma redução geral da renda, sendo que negros e mulheres perderam mais enquanto no topo houve uma retomada que foi melhor para os homens e a população branca"

é de 787,69 reais. "Hoje, dentre as pessoas com rendimentos no Brasil, cerca de 20% a 30% da população ganha até um salário mínimo, o que deve significar, quando incluímos a renda da família, que cerca de 60% da população vive com menos de um salário mínimo per capita. Esta é a

proporção: dentre os que têm renda, 30% da população ganha menos de um salário mínimo", relata.

O pesquisador frisa ainda que os dados do relatório demonstram que o Brasil recuou cinco anos em termos de redução das desigualdades, retornando ao patamar de 2012. "Isso acende a luz amarela. Quando falamos que houve um recuo na renda, os dados são frios, mas estamos falando de milhões de pessoas que voltaram para um nível de vida indigno", adverte.

Na avaliação dele, a redução da desigualdade de renda depende de duas reformas urgentes, a tributária e a da Previdência. "Esse debate é muito difícil porque existe uma assimetria no acesso ao orçamento público: grupos organizados conseguem garantir o seu quinhão do orçamento público, enquanto a 'saúde' e a 'educação' não têm um lobby forte. Ao mesmo tempo, a sociedade vê o judiciário ajustando seus próprios salários, e a destinação de royalties do pré-sal para a educação é reduzida pela metade". E acrescenta: "Soluções fiscais não podem ser puramente fiscais; elas têm que ser sociais e têm que trazer os benefícios sociais na equação. (...) Hoje estamos trabalhando com um espaço orçamentário para gastos sociais de 17 anos atrás. Isso tem que ser revisto para que se retome a redução das desigualdades no país".

SEMINÁRIO DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO DEBATE SOBERANIA NACIONAL

Propostas de privatização levam Brasil de autônomo para submisso

O último evento da edição 2018 do Seminário Diálogos em Construção, foi realizado no fim de semana em Brasília - DF, e debateu o clima de divisão ideológica e intolerância política que tomou conta do Brasil, num ambiente de crise econômica, social e política. O evento, também abordou o conceito de soberania, império e a desregulamentação das nações para ação das multinacionais, que são agentes condutores das regras para apropriação cada vez maior do produto mundial. Os debatedores apontaram como é falsa, por exemplo, a justificativa usada pelo Governo Temer para a privatização da Eletrobras, como sendo a de trazer novos investimentos. "Empresas têm interesse de maximizar os lucros. Ao privatizar as empresas há um aumento das tarifas. É algo que certamente irão fazer, para aumentar os lucros. Quer aumentar o lucro tem que aumentar a capacidade instalada (produção). Mas como a empresa é estrangeira, o lucro vai para o exterior",

esta é de fato a verdadeira razão da privatização. Para o economista Guilherme Delgado, um dos participantes do Seminário, o Brasil estaria migrando de uma relação autônoma, no jogo da província com o império,

"Ao privatizar as empresas há um aumento das tarifas. É algo que certamente irão fazer para aumentar os lucros. Mas como a empresa é estrangeira, o lucro vai para o exterior"

durante o governo Lula, para uma posição de submissão pura, a partir dos governos Temer e Bolsonaro. Os mercados, terras, águas e campos petrolíferos, e as empresas nacionais que estão sendo privatizadas, inci-

dem basicamente sobre a existência de um território, sobre o qual incide a soberania do Estado. Quando você abre mão das empresas, e do próprio território, a soberania torna-se fictícia.

De acordo com a Nota técnica nº 189 do Dieese, de janeiro de 2018, as maiores empresas estatais Brasileiras pagaram a União no período de 2002 a 2016, bilhões de reais em dividendos. No caso da Eletrobras este montante foi da ordem de R\$ 14 bi, chegando a quase R\$ 1 bi por ano. E o que são dividendos? Dividendo é o lucro que a empresa paga aos seus acionistas após fechar o seu balanço anual, ou seja, só paga dividendos empresas que dão lucro aos seus donos como a Eletrobras que devolveu aos cofres do Governo Brasileiro quase R\$ 14 bilhões de reais ou quase R\$ 1 bilhão de reais ao ano. Ainda que seus próprios gestores apregoem o contrário, uma empresa lucrativa assim é pra se valorizar e não privatizar.

PRIVATIZAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DE USINAS DA CEMIG TRAZ PREJUÍZO À POPULAÇÃO

Sindieletrô denuncia prejuízos da gestão privada e neoliberal das águas

Segundo denúncia do Sindieletrô, a privatização da Usina de Jaguará, em Minas Gerais, causou um inexplicável esvaziamento da represa nos finais de semana e feriados. A baixa ocorre mesmo com fortes chuvas na região. Relatos de moradores e turistas publicados em jornais da região mostram um cenário desolador: barcos e lanchas encalhados na orla da paria artificial e nos ranchos do balneário. A Engie, atual operadora da barragem, afirma que a situação é normal e regular, dentro das condições hidrológicas do Operador Nacional do Sistema (ONS). Para os moradores, turistas e ribeirinhos, no entanto, a situação não é normal. Antes da privatização, o lago da usina não apresentava tamanha oscilação, o que possibilitou a construção do balneário turístico que recebe milhares de visitantes em finais de semana e feriados, tornando-se uma importante atividade para o município. Isto é prova que a gestão privada e neoliberal sobre as águas já apresenta seus efeitos nefastos ao povo.



LV

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Wanderlei Leonowicz
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC
CEP 89216-000 | E-mail: sindiscterra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

UM PRÊMIO PARA O PIOR PRESIDENTE DA HISTÓRIA?

Paulo Guedes indica permanência de Pinto Jr



O pior presidente da história da Eletrobras está prestes a ganhar um presente do Governo eleito: permanecer à frente da maior empresa de energia elétrica da América Latina. Segundo informações do jornal O Estado de São Paulo, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, recomendou a Jair Bolsonaro que o atual presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Jr, permaneça à frente da estatal. Pinto foi alçado à Presidência da maior empresa de energia elétrica da América Latina no governo Temer, com apoio de setores do PSDB. Embora o martelo ainda não esteja batido, uma possível manutenção de Pinto à frente da Eletrobras seria uma forma de confortar interesses tucanos no governo Bolsonaro. Em nota de repúdio, divulgada na última semana, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) afirma "que o melhor para o Brasil é a saída do atual presidente que gere a empresa sem se importar com a soberania nacional, o respeito à história, o presente e futuro da provisão de energia, além de ser submisso às grupos financeiros nacionais e estrangeiros".

CELESC

INTERCEL ENCAMINHA CARTA AO NOVO GOVERNO

Sindicatos solicitam reunião com equipe de transição e com Governador eleito

Os sindicatos da Intercel protocolaram nesta quarta-feira, dia 28, carta junto à equipe de transição do novo governo solicitando a realização de uma reunião com o Governador eleito para debater a Celesc Pública. Na carta, a Intercel ressalta que a Celesc é "uma empresa pública que presta serviços de qualidade a população, com responsabilidade social e com comprometimento com o desenvolvimento do Estado". Os sindicatos também se manifestam contra as ameaças de privatização, lembrando que o sucesso da empresa é fruto da gestão participativa que aproxima empregados e sindicatos das instâncias decisórias da companhia. O documento ainda registra a luta pela manutenção da concessão da Celesc: "neste período de transição governamental, é fundamental que o novo governo conheça as metas e as necessidades da Celesc, dando suporte para que a empresa continue a cumprir com as determinações do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com o seu papel primordial: levar energia de qualidade ao povo catarinense, verdadeiro dono da companhia".



#NO MEU BULE NÃO

No Meu Bule Não é uma campanha independente que tem por objetivo conscientizar a população quanto à questão do despejo das 450 famílias do Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais através do boicote das empresas e marcas de café que se beneficiarão financeiramente desse despejo.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO, AFINAL?

A Ação Reintegratória de Posse nº 002411188917-6 foi requerida em 2011 pela massa falida da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), antiga administradora da Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S/A. Parado na Justiça por cinco anos, o processo ganhou força após a homologação, em 2016, do plano de recuperação judicial da Capia, dezesseis anos após a falência da empresa ter sido decretada.

Conhecida como Fazenda Ariadnópolis, a área é disputada desde 1998 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que defende sua destinação para a reforma agrária.

A usina está falida. Está transitado em julgado.

O QUILOMBO CAMPO GRANDE

Em 20 anos, os agricultores assentados naquelas terras investiram cerca de R\$ 20 milhões em estrutura e plantações. Hoje produzem cerca de 510 toneladas de café GUAÍ por ano. O despejo também deve prejudicar a cidade, já que muitos alimentos comercializados são produzidos no quilombo.

O QUILOMBO CAMPO GRANDE

Quem está por trás dessa atrocidade é o barão do café, o Sr. João Faria da Silva, dono de mais de 18 milhões de pés de café e um dos maiores exportadores, senão o maior, de café do país. Segundo o próprio, em entrevista publicada em sites e revistas do agronegócio e de produtores de café, empresas como a Nestlé e a Jacob's Douwe Egberts – dona das empresas Douwe Egberts e da Mondeléz – são seus maiores compradores, donos de marcas como Nespresso, Nescafé, Caboclo, Pilão, Café Pelé, Café do Ponto, L'OR, Damasco e Senseo, entre outras.

Ou seja, pode-se dizer, à grosso modo, que essas empresas vão lucrar mais ainda com esse despejo.

EXISTE AMOR E VIDA ALÉM DAS CONTAS BANCÁRIAS

Talvez essa seja uma ação solitária que não obtenha nenhum tipo de resultado concreto no que diz respeito ao despejo dessas famílias. No entanto, pode fortalecer um trabalho de conscientização do consumo de produtos que tenham respeito ao produtor rural, à origem e ao destino de suas matérias primas e de seu retorno às comunidades produtoras. Com toda a humildade, posso dizer que não sou entendedor do assunto, mas que apenas me sensibilizo com a questão.

Como já colocado, talvez não dê em nada. Mas ainda é melhor do que não fazer nada.

A CAMPANHA E COMO PARTICIPAR

O chamado aqui é para que as pessoas fotografem ou façam vídeos mostrando que em suas casas cafés produzidos por empresas que compram café da Terra Forte, empresa de João Faria da Silva, não têm mais espaço na despensa, não estarão mais em suas mesas.

